



# ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		506	552	Fornecedores		669	275
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	2.506	3.446	Financiamento	11	4.168	4.150
Concessionárias e permissionárias	9	2.150	2.175	Salários e encargos a pagar		299	268
Ativo de contrato	10	12.415	11.869	Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	5.156	4.296
Outros impostos e contribuições a recuperar		101	-	Outros impostos e contribuições a recolher		381	102
Outros ativos		819	1.242	Pis e Cofins diferidos	13	453	433
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.497</b>	<b>19.284</b>	Dividendos	21 (d)	18.206	13.732
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	1.603	1.471	Encargos setoriais		546	541
Ativo de contrato	10	122.305	119.578	Outros passivos		1.153	1.197
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>123.908</b>	<b>121.049</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>31.031</b>	<b>24.994</b>
Imobilizado		1.048	1.050	Financiamento	11	4.829	8.892
<b>Total do imobilizado</b>		<b>1.048</b>	<b>1.050</b>	Pis e Cofins diferidos	13	4.464	4.365
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>124.956</b>	<b>122.099</b>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	15.928	15.572
<b>Total do ativo</b>		<b>143.453</b>	<b>141.383</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital	21 (c)	14.593	14.593
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>39.814</b>	<b>43.422</b>
				<b>Total dos passivos</b>		<b>70.845</b>	<b>68.416</b>
				Capital social	16 (a)	33.000	33.000
				Dividendo adicional proposto	16 (c)	12.908	13.739
				Reserva de lucros	16 (b)	26.700	26.228
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>72.608</b>	<b>72.967</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>143.453</b>	<b>141.383</b>

Demonstrações do resultado abrangente				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		9.419	11.168	Fluxo de caixa das atividades operacionais		9.419	11.168
Outros resultados abrangentes		-	-	Ajustes para:		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>9.419</b>	<b>11.168</b>	- Imposto de renda e contribuição social diferidos		356	188
				- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.745	1.658
				- Pis e Cofins diferidos	17	119	63
				- Provisão para perda de crédito esperada	9	109	-
				- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(569)	(611)
				- Juros e correção monetária sobre financiamento	11	985	1.370
				- Depreciação		2	-
				- Ativo de contrato - construção		(1.911)	-
				- Ativo de contrato - remuneração	10	(13.231)	(13.076)
				<b>Variáveis em:</b>		<b>(2.976)</b>	<b>769</b>
				- Concessionárias e permissionárias		(84)	(897)
				- Ativo de contrato	10	11.869	11.348
				- Outros impostos e contribuições a recuperar		(101)	-
				- Outros ativos		423	(426)
				- Fornecedores		394	(35)
				- Salários a pagar		31	33
				- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(94)	(134)
				- Outros impostos e contribuições a recolher		279	63
				- Encargos setoriais		5	44
				- Outros passivos		(43)	(162)
				<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>9.703</b>	<b>10.603</b>
				Impostos pagos sobre receita tributável		(791)	(611)
				Financiamentos - pagamento de juros	11	(912)	(1.231)
				<b>Caixa líquido gerado</b>		<b>8.000</b>	<b>8.761</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
				Títulos e valores mobiliários - aplicações		(12.990)	(14.450)
				Títulos e valores mobiliários - resgates		14.367	13.501
				<b>Caixa proveniente (utilizado)</b>		<b>1.377</b>	<b>(949)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
				Pagamento de dividendos	21 (d)	(5.305)	(3.207)
				Financiamento - pagamento de principal	11	(4.118)	(4.087)
				<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(9.423)</b>	<b>(7.294)</b>
				<b>Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(46)</b>	<b>518</b>
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		552	34
				<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>506</b>	<b>552</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** A Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celedo") a companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 12.534 e R\$ 5.710 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, devido à constituição dos dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração, a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão nº 017/2010 ("Contrato") teve como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção das instalações compostas pelas linhas de transmissão 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 240 km com origem na Subestação Miranda e término na Subestação Encruzo Novo e pela Subestação Encruzo Novo em 230/69 kV, 1x100 MVA; (ii) entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, transformador de aterramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 13 de dezembro de 2010 e tem vigência de 30 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2012. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 20.516 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 19.831 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 3,5%, decorrente, do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. As próximas revisões estão previstas para os ciclos 2026-2027 e 2031-2032. **1.4 Reforço** - Por meio do despacho nº 4.036, a ANEEL decidiu autorizar a Companhia a implantação de reforços em suas instalações de transmissão. O objetivo desse reforço é instalação e substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal contemplando uma unidade no bay da LT 230 kV Miranda II / Encruzo novo no terminal de Miranda II. As obras iniciaram em 2024 e a data prevista para a entrada em operação comercial é maio de 2025. O investimento previsto é de R\$ 1.895 e a RAP prevista é de R\$ 273. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de março de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não são aplicáveis.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia de financiamento. **3.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda. Milena dos Santos Rosa  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ Contador CRC RJ-100983/O-7